



Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal

VOLUME II – RESUMO NÃO TECNICO

Abril 2013

Índice Geral

Volume I – Relatório Ambiental

Volume II – Resumo Não Técnico

Volume II – Resumo Não Técnico

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS.....	3
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	7
3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	10
3.1. Enquadramento Geográfico.....	10
3.2. Objetivos e Fundamentação para a Revisão do PDM do Seixal	10
3.3. O Modelo de Ordenamento proposto.....	13
4. FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS E INDICADORES	14
5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	18
5.1 FCD 1 – Coesão Territorial e Mobilidade.....	18
5.1.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas propostas	18
5.2 FCD2 – Equilíbrio Ecológico	20
5.2.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	20
5.3 FCD3 – Equidade e Coesão Social	22
5.3.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	22
5.4 FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico.....	25
5.4.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	25
6. MONITORIZAÇÃO DO PLANO	27
7. CONCLUSÃO.....	33
EQUIPA TECNICA.....	35

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Sequência metodológica em AAE.....	8
Figura 2 – Fatores Críticos para a Decisão como elemento integrador e estruturante em AAE.....	9

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – FCD identificados para a AAE do Plano.....	14
Quadro 2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) da Proposta de Revisão do PDMS.	15
Quadro 3 – Correspondência entre os Objetivos do PDMS, o QRE, os critérios de avaliação e os FCD.	16
Quadro 4 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.....	18
Quadro 5 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equilíbrio Ecológico.	20
Quadro 6 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equidade e Coesão Social.	22
Quadro 7 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.....	25
Quadro 8 – Seguimento e monitorização para o FCD1 – Coesão Territorial e Mobilidade.	27
Quadro 9 – Seguimento e monitorização para o FCD2 – Equilíbrio Ecológico.....	28
Quadro 10 – Seguimento e monitorização para o FCD3 – Equidade e Coesão Social.	30
Quadro 11 – Seguimento e monitorização para o FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico.	32

LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Administração do Porto de Lisboa
ARH-Tejo	Administração da Região Hidrográfica do Tejo
ARS-LVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CA	Comissão de Avaliação
CAMS	Carta Ambiental do Município do Seixal
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo
CDMS	Carta Desportiva Municipal do Seixal
CES	Carta Educativa do Seixal
CMC	Comissão Mista de Coordenação
CMS	Câmara Municipal do Seixal
CPCIMS	Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal
CSMS	Carta Social Municipal do Seixal
DA	Declaração Ambiental
DRAP-LVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
EE	Eixo Estruturante
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENCNB	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
INAG	Instituto da Água, I.P.
MRMS	Mapa de Ruído do Município do Seixal
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais (para fins estatísticos)
OE	Objetivo Estratégico
PEACRS	Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal;
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PBHT	Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMS	Plano Diretor Municipal do Seixal
PDSS	Plano de Desenvolvimento Social do Seixal
PDSMS	Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEDEPES	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEPS	Programa de Emprego e Proteção Social
PET	Plano Estratégico dos Transportes
PESGRI	Plano Estratégico dos Resíduos Industriais
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016
PEDTS	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Seixal
PIPS	Plano de Intervenção para a Península de Setúbal
PIRANET	Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo
PMES	Plano Municipal de Energia do Seixal
PMEPCS	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Seixal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PEPMQA-LVT	Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PNA	Plano Nacional da água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAC	Programa Nacional de Alterações Climáticas
PNACE	Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia 2020
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão

PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PNUEA	Programa Nacional de Uso Eficiente da Água
POE Tejo	Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
PORL	Programa Operacional Regional de Lisboa
PPL	Plano Portugal Logístico
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
PROFAML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROTAML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSRN	Plano sectorial da Rede Natura
PT	Plano Tecnológico
RA	Relatório Ambiental
REM	Rede Ecológica Metropolitana
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RGR	Regulamento Geral do Ruído
RNT	Resumo Não Técnico
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional

O presente Resumo Não Técnico é um documento independente, ainda que integrante do Relatório Ambiental da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal. O intuito deste resumo é sintetizar em linguagem não técnica o conteúdo do Relatório Ambiental e explicitá-lo de forma acessível e clara a todos os que pretendam conhecê-lo. Está organizado pelos mesmos capítulos que se encontram no Relatório Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Este documento constitui um resumo do **Relatório Ambiental (RA)** da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da **proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal (PDMS)**, da responsabilidade da Câmara Municipal do Seixal (CMS).

Em maio de 2002 a Câmara Municipal do Seixal deliberou¹ iniciar o processo de revisão do PDM. Tendo em conta a necessidade de ponderar um conjunto de fatores, quer internos, face à evolução urbana e socioeconómica do Município, quer externos, decorrentes de alterações estruturais da Área Metropolitana e da emergência de novos instrumentos de ordenamento do território, a fim de se concretizar um Plano, com base em objetivos consentâneos com as atuais orientações da política municipal.

A proposta de Revisão do PDMS encontra-se sujeita a um processo de AAE, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e subsidiariamente com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a CMS. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, à determinação do âmbito e alcance da AAE, à consulta de entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AAE, à preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais e à apresentação da **Declaração Ambiental (DA)** à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A identificação dos **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** foi incluída no **Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD)**, apresentado às entidades com responsabilidades ambientais específicas, em julho de 2008, no qual é estabelecida a estrutura fundamental da AAE da proposta de Revisão do PDMS, desenvolvida no RA, incorporando os contributos obtidos junto das entidades consultadas.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade na definição da versão final do modelo territorial da proposta de Revisão do PDMS, e na discussão das opções e impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel de facilitador deste processo através do alerta para situações de risco e de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

O RA documenta o resultado da AAE e, conjuntamente com a proposta de revisão do PDM e pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento e outras Entidades é sujeito a Discussão Pública.

¹ Deliberação publicada em Diário da República de 8 de julho de 2002, pelo Aviso n.º 6040/2002 (2ª Série)

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

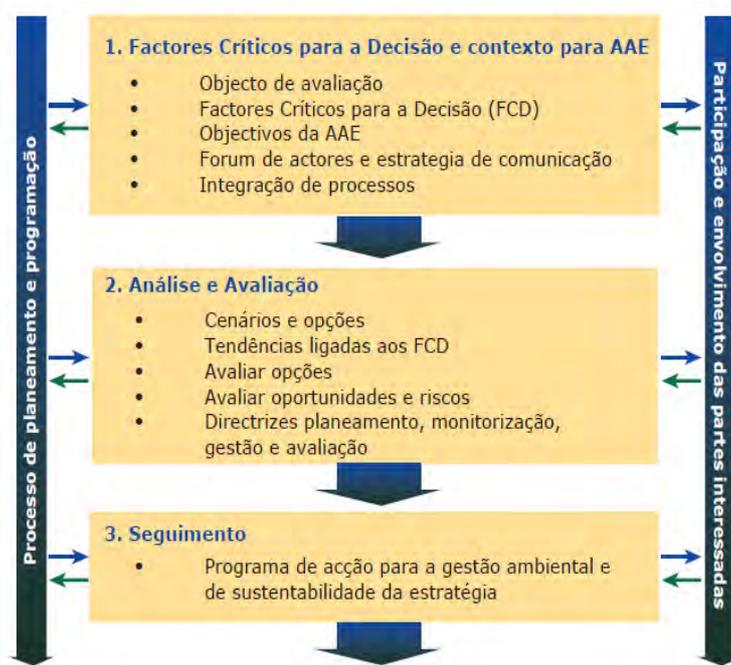
A AAE utiliza uma abordagem estratégica², e possui como funções fundamentais:

- Garantir a integração das questões e metas ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento;
- Assegurar a avaliação de potenciais impactes tendo em conta a estratégia definida na sequência de identificação de oportunidades e riscos;
- Validar a qualidade ambiental do plano e as escolhas feitas, através de um programa de seguimento;
- Avaliar, em momento prévio, os efeitos decorrentes da execução do Plano, contribuindo para uma maior agilidade noutros procedimentos que tenham lugar em momento ulterior à aprovação do Plano;
- Fomentar a interatividade entre as entidades com responsabilidades ambientais específicas e as que intervêm na elaboração e acompanhamento do Plano;
- Fomentar uma maior participação pública.

Esta abordagem estratégica pressupõe que a AAE seja complementar à conceção da proposta de Revisão do PDMS, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, tendo em conta as estratégias preconizadas, bem como os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público que conferem a função de validação da qualidade do Plano.

Na Figura 1 apresenta-se o esquema metodológico global com as principais fases propostas para a AAE, bem como a sua interação com as restantes componentes do processo de planeamento.

² Metodologia de AAE de base estratégica baseada em Partidário, MR, 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

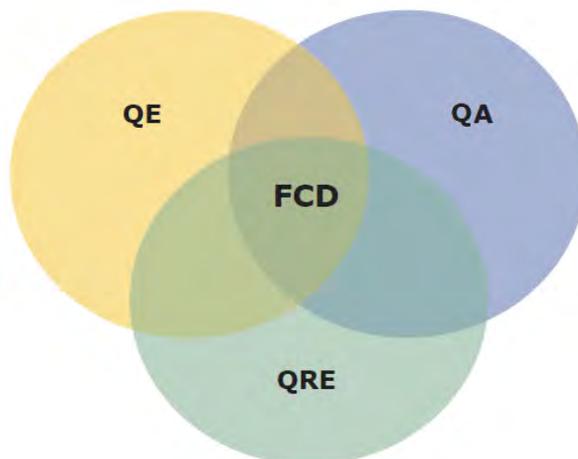


Fonte: Guias de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas (2007).

Figura 1 – Sequência metodológica em AAE.

Na 1ª Fase – Factores Críticos para a Decisão e contexto para a AAE, o trabalho incidiu na definição dos FCD que refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção da AAE da Proposta de Revisão do PDMS, dos objetivos estratégicos do plano e das ações que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos (Figura 2):

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, onde se identificam os planos, programas e outros documentos nacionais de política ambiental com os quais a proposta de Revisão do PDMS estabelece relações e o seu enquadramento;
- **Questões Estratégicas (QE)** fundamentais da proposta de Revisão do PDMS, que configuram a conjuntura estratégica e linhas de força às quais o Plano tem de dar resposta;
- **Questões Ambientais (QA)** relevantes, de entre as que estão legalmente identificadas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.



Fonte: Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (Maria Rosário Partidário, 2007).

Figura 2 – Fatores Críticos para a Decisão como elemento integrador e estruturante em AAE.

O Relatório de Fatores Críticos para Decisão (RFCD) foi sujeito a consulta junto das seguintes entidades: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB)³, Instituto da Água, I.P. (INAG), Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), e ainda de todas as outras entidades que integravam a então Comissão Mista de Coordenação para o acompanhamento da revisão do PDMS. Foram recebidos 5 pareceres⁴ conforme se encontra documentado no Anexo I do RA.

A 2ª Fase – Análise e Avaliação, consubstancia-se no Relatório Ambiental que integra um conjunto de atividades que materializam a AAE da proposta de Revisão do PDMS, incluindo: a avaliação da situação existente e as tendências de evolução na ausência do Plano; a avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no Plano em termos das oportunidades e riscos para o ambiente e sustentabilidade; e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica do Plano.

Na 3ª Fase – Seguimento, para concluir o processo de avaliação da proposta de Revisão do PDMS, e na sequência dos pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento e pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas e da Discussão Pública e respetiva ponderação dos resultados, será elaborada a versão final da Revisão do PDMS e emitida uma DA para posterior envio (conjuntamente com parecer final da CCDR) para aprovação pela Assembleia Municipal, dando cumprimento aos requisitos legais nesta matéria.

³ Atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (INCF).

⁴ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo) e Administração do Porto de Lisboa (APL).

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1. Enquadramento Geográfico

O município do Seixal insere-se na grande Área Metropolitana de Lisboa (AML). A AML é constituída atualmente por 18 municípios, situados entre as margens norte e sul do rio Tejo, repartidos respetivamente pela Grande Lisboa e a Península de Setúbal. Confronta com os concelhos de Almada, Sesimbra e Barreiro.

O município do Seixal, com cerca de 95 km² de superfície situa-se na margem sul do estuário do Tejo e é constituído por 6 freguesias (Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro e Seixal), localizando-se muito próximo de Lisboa, cidade a que está facilmente ligado por autoestrada, por via fluvial e por ferrovia. Graças à sua localização central, mantém relações privilegiadas com a maioria dos municípios da margem sul do Tejo.

3.2. Objetivos e Fundamentação para a Revisão do PDM do Seixal

Contexto da revisão do PDM do Seixal

O município do Seixal dispõe, desde 1993, de Plano Diretor Municipal (PDM), em vigor. Na mesma época, foram também aprovadas as Cartas da Reserva Agrícola Nacional e Carta da Reserva Ecológica Nacional que, tal como o PDM, se mantêm em vigor⁵.

Durante as quase duas décadas de vigência do PDM do Seixal, muitas foram as alterações e inovações que se produziram, quer no quadro legal aplicável aos instrumentos de gestão do território, quer na dinâmica de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa e do Seixal, em particular.

Os três fatores principais que determinaram o reequacionamento dos objetivos do PDM do Seixal no momento de iniciar a sua revisão, em 2002, foram:

- A alteração da base económica da sociedade pós-industrial, em que o setor terciário ganha uma importância crescente, em contraponto com a obsolescência das áreas industriais da primeira geração;

⁵ O Plano ficou concluído e foi aprovado em 1993, tendo sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/93, publicada no Diário da República n.º 264, I série B, de 11 de novembro do mesmo ano. A Carta da Reserva Agrícola Nacional do Seixal tinha sido publicada em 1992, pela Portaria n.º 24/92, no Diário da República n.º 13, I série B, de 16 de janeiro. A Carta da Reserva Ecológica Nacional do Seixal, aprovada em julho de 1993, só veio a ser publicada no Diário da República n.º 70, I série B, de 24 de março de 1999, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/99.

- A construção de uma nova travessia rodoviária do Tejo e a instalação de uma ferrovia na Ponte 25 de Abril que contribuíram para desbloquear o território da Margem Sul, asfixiado pelo congestionamento da primeira ponte;
- A reestruturação da Área Metropolitana, com o declínio populacional do Centro Histórico de Lisboa e a emergência de novas centralidades, o que tem reflexos na estruturação do eixo ribeirinho Almada/Seixal/Barreiro.

Estes fatores e a sua articulação com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) (aprovado e publicado em 2002, e que contém as opções estratégicas, as normas orientadoras e o modelo territorial para esta área metropolitana), assim como, ao nível da sub-região, os vetores estratégicos apresentados em diversos planos estratégicos, nomeadamente o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES), e ao nível municipal as orientações definidas em diversos planos de nível municipal, obrigaram à redefinição das opções urbanísticas fundamentais, revendo conceitos e reformulando as estratégias urbanísticas delineadas no PDM inicial, datado do início da década de 90.

Em conclusão, com a revisão do PDM pretende-se valorizar a componente estratégica de desenvolvimento local, refletindo-a no planeamento do território, através da articulação de políticas sectoriais com incidência local, da definição de uma estrutura ecológica municipal e de critérios de localização de atividades e equipamentos, da salvaguarda e valorização ambiental e da preservação do património cultural, bem como da necessária determinação de parâmetros de uso do solo.

O processo de revisão do PDM

Aquando da deliberação de Câmara, em maio de 2002, que deu início ao processo de revisão do PDM tinha decorrido quase uma década sobre a sua entrada em vigor, tendo sido necessário ponderar o conjunto de fatores referidos no ponto anterior, a fim de se concretizar a revisão, com objetivos consentâneos com as atuais orientações da política municipal.

No processo de acompanhamento da revisão do PDMS foi constituída uma Comissão Mista de Coordenação (CMC)⁶. Neste âmbito, em 2007 foi concluído e entregue às Entidades da CMC para parecer, a primeira proposta de revisão do PDMS. Em 2008, foi entregue, às entidades da CMC para parecer, a segunda proposta de revisão do PDMS.

A fase final do processo de revisão do PDM foi seguida por uma Comissão de Acompanhamento (CA)⁷, composta por 20 entidades da administração central e local. Esta CA realizou três reuniões plenárias. A proposta final de revisão do PDM foi entregue na 2ª reunião; na 3ª reunião, que foi desdobrada em duas

⁶ Aprovada inicialmente pelo Despacho n.º 15 825/2003, 2ª Série.

⁷ Nomeada pelo Aviso n.º 3784/2011, da CCDRLVT, publicado no Diário da República n.º 25, II série, de 4 de fevereiro.

sessões, foi analisado o parecer final da Comissão sobre a proposta de Plano e que embora a aceitando na generalidade exigiu a concertação entre algumas das entidades de modo a suprir as desconformidades detetadas e assim poder prosseguir para a discussão pública.

A proposta de Revisão do PDMS define quatro **Eixos Estruturantes** (EE) de desenvolvimento para os quais se atribuíram **Objetivos Estratégicos** (OE):

EE₁ Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes:

OE₁ Reequilíbrio da rede urbana, através da polinucleação do território e redefinição da estrutura urbana, com a afirmação de centralidades secundárias;

OE₂ Requalificação urbanística, fundamentada na programação e controle das áreas de expansão urbana, na recuperação da frente ribeirinha, na reformulação do modelo de gestão das áreas de reconversão urbanística, na revitalização das áreas urbanas históricas e centros urbanos deprimidos e na reafecção de usos e integração urbana das grandes áreas industriais, funcionalmente obsoletas ou desativadas;

OE₃ Melhorar a mobilidade urbana e a articulação entre as diferentes centralidades metropolitanas, através do reforço do sistema de mobilidade e da diversificação dos modos de transporte.

EE₂ Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental:

OE₁ Preservação e valorização da estrutura ecológica municipal, de modo a assegurar a continuidade dos principais corredores ecológicos e de outros valores naturais e paisagísticos locais;

OE₂ Gestão eficiente dos recursos naturais, estimulando a racionalização do modo como são explorados, a eficiência energética, a proteção do solo, a preservação dos recursos hídricos e geológicos, a utilização de recursos renováveis e a reutilização dos resíduos.

EE₃ Promoção da Equidade e da Coesão Social:

OE₁ Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável, através da criação de uma rede integrada de equipamentos de utilização coletiva e da adoção de estratégias de planeamento urbano, que promovam a equidade, a coesão social e estilos de vida saudáveis;

OE₂ Incentivar e dinamizar processos de decisão participados;

OE₃ Promoção de respostas habitacionais diferenciadas e inclusivas.

EE4 Desenvolvimento Económico Sustentável:

- OE₁ Diversificação e reforço da base económica** através da consolidação de uma rede de áreas estruturantes e polos qualificados de atividades económicas, de modo a permitir a captação e instalação de novas atividades, indutoras de novas oportunidades de emprego;
- OE₂ Dinamizar as atividades de turismo** potenciadas pelos recursos endógenos, dando especial relevo a náutica de recreio.

No sentido de seguir o rumo determinado por estas linhas orientadoras, foram definidos **objetivos específicos**⁸ com impacto nos diferentes domínios do desenvolvimento municipal, que depois resultou no modelo de ordenamento territorial, tendo em conta o carácter predominantemente urbano deste município.

3.3. O Modelo de Ordenamento proposto

O **modelo de ordenamento** da Revisão do PDMS, reflete as opções de planeamento de nível municipal que foram equacionadas, apresentando **propostas** em quatro domínios fundamentais:

1. Definição da **Estrutura Ecológica Municipal (EEM)** comum ao sistema urbano e ao sistema natural;
2. Conceção geral do **sistema urbano** tendo em conta o conjunto dos sistemas que estruturam e suportam as atividades no território, nomeadamente o sistema **de infraestruturas básicas, incluindo a mobilidade, o abastecimento e saneamento e a energia**;
3. Conceção e implementação de uma **rede integrada de equipamentos de utilização coletiva** de natureza diversa, apoiada em serviços, dispositivos, iniciativas e eventos, que promova a equidade e a coesão social;
4. Localização das **atividades económicas**, designadamente industriais, comerciais, de serviços, de cultura, recreio e lazer.

Para alguns centros urbanos, ou antigas áreas industriais desativadas ou ainda bairros onde é necessário dinamizar operações de **requalificação urbanística** incluem-se propostas mais pormenorizadas.

A classificação e a qualificação do solo, estabelecendo as regras de ocupação, uso e transformação dos solos, desenvolvendo e concretizando, para a área de intervenção, uma proposta de organização

⁸ Descrito no Relatório de Fundamentação da 2ª Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal Seixal (maio 2008) e no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, no âmbito da AAE da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal (julho 2008).

espacial que define com detalhe a conceção da forma de ocupação que servirá de base aos projetos de execução das infraestruturas, edificações e espaços exteriores, constam do artigo 24º da proposta de Regulamento e visam alcançar os objetivos estratégicos e específicos que se encontram descritos no artigo 2.º do mesmo documento.

No sentido de seguir o rumo determinado por estas linhas orientadoras foi efetuada a análise ambiental sobre o modo como a proposta de Revisão do Plano do PDMS responde aos objetivos estratégicos inicialmente propostos.

4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS E INDICADORES

A identificação dos FCD resultou de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica, nomeadamente, QE, QA e QRE, tal como aprofundadas preliminarmente no RFCD apresentado, em julho de 2008.

Para cada FCD foram definidos, o âmbito e os objetivos de avaliação, tendo em conta a articulação das estratégias do Plano com vetores estratégicos de nível sectorial ou global, e indicadores que possam ser utilizados na avaliação de efeitos e na monitorização do Plano. Os critérios e indicadores que são considerados na AAE estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada.

Quadro 1 – FCD identificados para a AAE do Plano.

FCD1	Coesão Territorial e Mobilidade
FCD2	Equilíbrio Ecológico
FCD3	Equidade e Coesão Social
FCD4	Desenvolvimento Socioeconómico

A lista de documentos de referência considerados pertinentes para a avaliação é apresentada no Quadro 2, que constitui o QRE. Não se pretende aqui listar exaustivamente todos os planos e/ou programas que enquadram potencialmente a Revisão do PDMS, mas apenas aqueles que efetivamente apresentam objetivos e/ou metas relevantes de sustentabilidade para o município.

Quadro 2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) da Proposta de Revisão do PDMS.

Documentos de Referência Nacionais
<ul style="list-style-type: none"> - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN 2007-2013); - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS 2015); - Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020); - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013 (ENEAPAI 2007-2013); - Plano Estratégico dos Resíduos Industriais 2001 (PESGRI 2001); - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); - Programa Nacional de Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020) (em Discussão Pública); - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR 2007-2013); - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (PRODER 2007-2013); - Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC 2010-2013); - Programa de Emprego e Proteção Social (PEPS); - Plano Nacional da Água (PNA); - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2008-2012 (PNALE 2008-2012); - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016 (PNAEE 2016); - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS 2008-2013); - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II); - Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015); - Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (PET 2011-2015) - Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000); - Plano Tecnológico (PT); - Plano Português Logístico (PPL).
Documentos de Referência Regionais
<ul style="list-style-type: none"> - Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT); - Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo (POE Tejo), em elaboração; - Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000); - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML); - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROFAML); - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa (PEDPL); - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (PORA 2007-2013); - Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PEPMQA-LVT); - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES); - Plano de Intervenção para a Península de Setúbal (PIPS), no contexto do Plano Nacional de Emprego; - Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo (PIRANET).
Documentos de Referência Municipais
<ul style="list-style-type: none"> - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI); - Mapa de Ruído do Município do Seixal (MRMS); - Carta Ambiental do Município do Seixal (CAMS), em elaboração; - Carta Educativa do Seixal (CES); - Plano de Circulação do Município do Seixal (PCMS); - Plano de Desenvolvimento Social do Seixal (PDSS); - Carta Social Municipal do Seixal (CSMS), em conclusão; - Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal (PDSMS); - Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS); - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal (PEDTS); - Carta Desportiva Municipal do Seixal (CDMS); - Plano Municipal de Energia (PME); - Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal (PEACRS); - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município do Seixal (PMEPCS).

No Quadro 3 apresenta-se uma relação entre os documentos mais relevantes para AAE e que constituem o QRE, as QE e respetivos Objetivos e FCD.

Quadro 3 – Correspondência entre os Objetivos do PDMS, o QRE, os critérios de avaliação e os FCD.

Objetivos do PDM	QRE	Crítérios de Avaliação	FCD
EE1 Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes.	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - PNPT - PNAAS 2008-2013 - PET 2011-2015 - PRN 2000 - PBHT - POE Tejo - PROT AML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PIRANET - PCMS 	<ul style="list-style-type: none"> - Contenção Urbana - Qualificação Urbana - Rede Viária - Transportes 	FCD1 Coesão Territorial e Mobilidade
EE2 Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - ENE 2020 - ENCNB - ENEAPAI 2007-2013 - PESGRI 2001 - PNPT - PNUA 2012-2020 - PEAASAR 2007-2013 - PRODER 2007-2013 - PNA - PNAEE 2016 - PNAAS 2008-2013 - PERSU II - PBHT - POE Tejo - PSRN 2000 - PROT AML - PROF AML - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PMDFCI - CAMS - PME - PEACRS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade - <i>Continuum Naturale</i> - Floresta - Recursos Hídricos - Eficiência Energética - Solo 	FCD2 Equilíbrio Ecológico

Objetivos do PDM	QRE	CrITÉrios de AvaliaÇão	FCD
EE3 Promo�o da Equidade e da Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - ENEAPAI 2007-2013 - PESGRI 2001 - PNPOT - PNUEA 2012-2020 - PEAASAR 2007-2013 - PEPS - PNA - PNALE 2008-2012 - PNAEE 2016 - PNAAS 2008-2013 - PERSU II - PET 2011-2015 - PBHT - POE Tejo - PROTAML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEPMQA-LVT - PEDEPES - PIPS - PIRANET - MRMS - CAMS - CES - PDSS - CSMS - PDSMS - CPCIMS - CDMS - PME - PEACRS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Saúde - Qualidade Ambiental: R�ido; Saneamento Básico; Qualidade do Ar - Desporto - Educa�o - Patrim�nio e Cultura - Integra�o 	FCD3 Equidade e Coesão Social
EE4 Desenvolvimento Econ�mica Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - PNPOT - PRODER 2007-2013 - PNALE 2008-2012 - PEC 2010-2013 - PENT 2013-2015 - PET 2011-2015 - PT - PPL - POE Tejo - PROT AML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PIRANET - CPCIMS - PEDTS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade - Turismo 	FCD4 Desenvolvimento Socioecon�mico

5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Neste capítulo procede-se à avaliação dos efeitos da proposta de Revisão do PDMS relativamente a cada um dos FCD que estruturam a avaliação ambiental estratégica. A metodologia adotada cruza as medidas e orientações da proposta de revisão do Plano com os objetivos e metas estabelecidos nos documentos que compõem o QRE, que constitui o referencial da avaliação, permitindo assim identificar os principais efeitos ambientais associados à implementação do Plano.

5.1 FCD 1 – Coesão Territorial e Mobilidade

5.1.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas propostas

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao **FCD Coesão Territorial e Mobilidade** tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da AAE.

Quadro 4 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Contenção Urbana	QREN 2007-2013 PNPOT PBHT PROT AML PEDEPES	+
Qualificação Urbana	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAAS 2008-2013 PERSU II PBHT POE Tejo PROT AML PEDEPES	+
Rede Viária	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAAS 2008-2013 PET 2011-2015 PROT AML PEDEPES	+
Transportes	QREN 2007-2013 PNPOT PNAAS 2008-2013 PET 2011-2015 POE Tejo PROT AML PEDPL PORL 2007-2013 PIRANET	+

* Documentos do QRE com convergência com o FCD1.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013;
ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015;
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
PET 2011-2015 – Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015;
PBHT – Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo;
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa;
PEDPL - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa;
PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal;
PIRANET - Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo.

Sintetizando, para o **FCD Coesão Territorial e Mobilidade**, a proposta de Revisão do PDMS tem como

Oportunidade:

- Melhor estruturação da rede de espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes;
- Qualificação urbanística, através da regeneração urbana, reconversão de áreas urbanas de génese ilegal e requalificação do tecido urbano existente;
- Reafectação de usos e integração urbana das grandes áreas industriais funcionalmente obsoletas ou desactivadas;
- Revitalização das áreas históricas e dos centros urbanos deprimidos, combatendo o despovoamento e a desqualificação de centros tradicionais;
- Programação e controle das áreas de expansão urbana;
- Intervenções previstas e propostas de melhoria do Sistema de Mobilidade e Transportes;
- Acréscimo habitacional, por freguesia;
- Melhoramento da funcionalidade e qualidade do espaço público;
- Reversão de solo urbano para solo rural.

Tem como **Risco:**

- Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como suscetíveis a perigos naturais, mistos ou tecnológicos;
- Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

5.2 FCD2 – Equilíbrio Ecológico

5.2.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao FCD Equilíbrio Ecológico, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da AAE.

Quadro 5 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equilíbrio Ecológico.

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Biodiversidade	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB PNPOT POE Tejo PSRN 2000 PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES	+
<i>Continuum naturale</i>	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB PNPOT PSRN 2000 PROT AML PROF AML PORL 2007-2013 PEDEPES PMEPCS	+
Floresta	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PRODER PROT AML PROF AML PORL 2007-2013 PEDEPES PMDFCI PMEPCS	+
Recursos Hídricos	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB ENEAPAI 2007-2013 PNPOT PNUEA 2012-2020 PEAASAR 2007-2013 PNAAS 2008-2013 PBHT POE Tejo PROT AML PEDEPES PMEPCS	+

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Eficiência Energética	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAEE 2016 PERSU II PORL 2007-2013 PME	+
Solo	QREN 2007-2013 PNPOT PRODER PEAASAR 2007-2013 PERSU II PROT AML PORL 2007-2013 PEACRS PMEPCS	+

* Documentos do QRE com convergência com o FCD2.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013;
 ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015;
 ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
 ENGIZC – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira;
 ENEAPAI 2007-2013 - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013;
 PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
 PNUEA 2012-2020 – Plano Nacional de Uso Eficiente da Água 2012-2020;
 PEAASAR 2007-2013 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013;
 PRODER 2007-2013 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013;
 PNAEE 2008-2015 - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2008-2015;
 PERSU II - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016,
 PBHT – Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
 POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo;
 PSRN 2000 – Plano sectorial da Rede Natura 2000;
 PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa;
 PROF AML - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa;
 PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
 PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal,
 PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 PEACRS - Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Concelho do Seixal;
 PME - Plano Municipal de Energia;
 PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal.

Sintetizando, para o **FCD Equilíbrio Ecológico**, a proposta de Revisão do PDMS tem como

Oportunidade:

- Qualificação ambiental e paisagística;
- Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal;

- Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN 2000, para a área do Sítio Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira, no município do Seixal;
- Constituição de uma EEM para o Seixal.
- Criação de corredores ecológicos *non-aedificandi*;
- Concretização de projetos de parques ou jardins de utilização pública (Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e Parque da Cidade) e criação de parques lineares ribeirinhos;
- Criação de áreas verdes de proteção e de enquadramento, separando as áreas urbanas, das áreas industriais existentes ou programadas;
- Estabelecimento de uma percentagem significativa de áreas de cedência para espaços verdes urbanos no âmbito de operações urbanísticas;
- Ações de manutenção e reabilitação da rede hidrográfica;
- Ações de recuperação e descontaminação ambiental.

Tem como **Risco**:

- Risco de pressão no património natural, em zonas pontuais pelas novas propostas de ocupação;
- Perda de solo;
- Propostas de usos que envolvem edificação, para o espaço natural envolvente do estuário/frente ribeirinha.

5.3 FCD3 – Equidade e Coesão Social

5.3.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao **FCD Equidade e Coesão Social**, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da AAE.

Quadro 6 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equidade e Coesão Social.

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Emprego	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PEPS PROT AML PIPS PDSS	++

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Saúde	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PEDEPES PDSS	+
Qualidade Ambiental	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENEAPAI 2007-2013 PNPOT PNUEA 2012-2020 PEAASAR 2007-2013 PNAEE 2016 PNAAS 2008-2013 PERSU II PET 2011-2015 PBHT POE Tejo PROT AML PORL 2007-2013 PEPMQA-LVT PEDEPES PEACR PDSS PMEPCS	+
Desporto	PROT AML PEDEPES PIRANET	++
Educação	QREN 2007-2013 PROT AML PEDEPES PIPS PDSS	++
Património e Cultura	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PROT AML PEDPL PEDEPES	++
Integração	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES	+

* Documentos do QRE com convergência com o FCD3.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013
 ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015
 ENEAPAI 2007-2013 – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013
 PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
 PNUEA 2012-2020 – Plano Nacional do Uso Eficiente da Água 2012-2020
 PEAASAR 2007-2013 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013
 PEPS - Programa de Emprego e Proteção Social
 PNAEE 2016 – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016

PNAAS 2008-2013 - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013
PERSU II – Plano Estratégico para Resíduos Sólidos 2007-2016
PET 2011-2015 – Plano Estratégico de Transportes 2011-2015
POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa
PEDPL – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa
PORK 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013
PEPMQA-LVT – Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PIPS - Plano Intervenção para a Península de Setúbal
PIRANET – Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de recreio no Estuário do Tejo
PEACRS – Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal
PDSS - Plano de Desenvolvimento Social do Seixal
PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal

Sintetizando, para o **FCD Equidade e Coesão Social**, a proposta de Revisão do PDMS tem como

Oportunidade:

- Solução para o alojamento de baixo custo;
- Melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população;
- Reserva de terrenos, que fazem parte da bolsa de terrenos municipais para equipamentos coletivos;
- Propostas de Equipamentos de Utilização Coletiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Construção de um Hospital no Seixal;
- Implementação de propostas de cariz social, com base na Carta Social do Município do Seixal;
- Melhoramento das infraestruturas urbanas no Município do Seixal;
- Eliminação das fossas sépticas existentes;
- Práticas de eficiência ambiental no planeamento territorial;
- Valorização e ações de reabilitação do património;
- Elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído do Seixal, no sentido de garantir a gestão e controlo dos conflitos;
- Incentivo ao transporte sustentável (Rede Ciclável do Seixal);
- Redução dos gases de efeito de estufa;
- Equilíbrio no mercado de emprego;
- Elaboração de cartografia de suscetibilidade e regulamentação sobre áreas suscetíveis a riscos;
- Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção.

Tem como **Risco:**

- Ausência de mapa de ruído previsional;
- Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como suscetíveis a perigos naturais, mistos ou tecnológicos;

- Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

5.4 FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

5.4.1 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao **FCD Desenvolvimento Socioeconómico**, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da AAE.

Quadro 7 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE
Competitividade	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PRODER 2007-2013 PEC 2010-2013 PT PPL PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES PIRANET PMEPCS	+
Turismo	PNPOT PRODER 2007-2013 PENT POE Tejo PROT AML PEDPL PORL 2007-2013 PIRANET	++

* Documentos do QRE com convergência com o FCD4.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
 ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015
 PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
 PRODER 2007-2013 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
 PEC 2007-2011 - Programa de Estabilidade e Crescimento 2007-2011
 PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo.
 PT – Plano Tecnológico
 PPL – Plano Portugal Logístico

POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa
PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PIRIANRET – Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo
PEDTS – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal
PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal

Sintetizando, para o **FCD Desenvolvimento Socioeconómico**, a proposta de Revisão do PDMS tem como **Oportunidade**:

- Reconversão industrial e de reordenamento de espaço afeto às atividades económicas;
- Requalificação da área da ex-Siderurgia Nacional (atual Siderparque);
- Implementação do Projeto Arco Ribeirinho Sul;
- Diversificação do setor industrial;
- Desenvolvimento e de ordenamento do território relativa à atividade da indústria extrativa;
- Dinamizar, revitalizar e criar densidades comerciais;
- Reforçar a qualidade e diversificar a oferta das atividades de comércio e de serviços;
- Reforçar a aposta estratégica no turismo, dando especial relevo à náutica de recreio;
- Dinamizar, diversificar e qualificar os equipamentos coletivos e a oferta turística;
- Crescimento do setor terciário;
- Dinamização dos equipamentos e dos espaços públicos;
- Aumento, da procura nos setores comerciais e de serviços;
- Criação de emprego.

Tem como **Risco**:

- Perda de expressão do setor primário e secundário;
- Propostas de Espaços de Atividades Económicas localizados em áreas suscetíveis a perigos naturais, mistos ou tecnológicos.

6. MONITORIZAÇÃO DO PLANO

A AAE permitiu identificar os riscos e oportunidades decorrentes da implementação da proposta de Revisão do PDMS.

Para monitorizar a evolução da aplicação da proposta de Revisão do PDMS⁹ e a prossecução dos objetivos de sustentabilidade preconizados, no âmbito de cada FCD, foram estabelecidos os indicadores, apresentados no Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10 e Quadro 11.

Quadro 8 – Seguimento e monitorização para o FCD1 – Coesão Territorial e Mobilidade.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Reequilíbrio da Rede Urbana	Contenção Urbana	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos núcleos urbanos antigos	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
	Qualificação Urbana	- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos núcleos urbanos antigos	N.º	Bienal
		- Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas	N.º	Bienal
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coïna	%	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	–	Anual

⁹ No Capítulo 6, do Relatório Ambiental, encontra-se desenvolvida a matriz de indicadores.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem	
Consolidação da rede de mobilidade e transportes		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual	
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual	
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab	Momento censitário	
		- Gestão do conflito acústico	%	Bienal	
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal	
	Rede Viária	- Reconversão urbanística	%	Bienal	
		- Execução de solo programado	%	5 anos	
		- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal	
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos	
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal	
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual	
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos	
		- População residente ativa	%	Momento Censitário	
		- Gestão do conflito acústico	%	Bienal	
		Transportes	- População residente em solo urbanizado	%	Momento Censitário
			- Promoção do modo ciclável	%; km	Bienal
			- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
			- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
			- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
- População residente ativa	%		Momento Censitário		
- Gestão de conflito acústico	%		Bienal		

Quadro 9 – Seguimento e monitorização para o FCD2 – Equilíbrio Ecológico.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Concretização da Estrutura Ecológica Municipal	Biodiversidade	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
	Continuum naturale	- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
	Floresta	- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	%; ha	Anual
Gestão sustentável dos recursos naturais	Recursos Hídricos	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	ha	Anual
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais	N.º	Anual
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Eficiência do sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	—	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual
	Eficiência Energética	- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- População residente em solo urbanizado	%	Aquando da revisão do PDM
		- Promoção do modo ciclável	Km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual
		- Eficiência do sistema público de abastecimento de água	%	Anual
	Solo	- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário; Anual
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Parque habitacional	%	Momento censitário
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos
		- Continuidade da EEM	%	Bienal
		- Conservação da Biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos
- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	%; ha	Anual		
- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal		

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual
		- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais	N.º	Anual
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	%	Anual

Quadro 10 – Seguimento e monitorização para o FCD3 – Equidade e Coesão Social.

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável	Emprego	- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento Censitário
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal
	Saúde	- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos
		- População residente ativa	%	Momento Censitário
		- População servida por médico de família	N.º	Bienal
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual
		- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual
		- Qualidade da água estuarina para uso banhar	–	Anual
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual
		- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário; Anual
	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	- Gestão do conflito acústico	%	Bienal
		- Reconversão urbanística	%	Bienal
		- Reabilitação do parque edificado	%	Bienal
		- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal
		- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coia	%	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal
		- População residente em solo urbanizado	%	Momento censitário
		- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal
		- Repartição modal dos movimentos pendulares	N.º	5 anos
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal
- Salvaguarda da aptidão rural do solo	%	Bienal; 5 anos		

Objetivos	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem		
		- Uso e Ocupação do Solo da EEM	ha	5 anos		
		- Continuidade da EEM	%	Bienal		
		- Conservação da biodiversidade	N.º	Aquando da revisão do PDM		
		- Valorização das linhas de água e galerias ripícolas	%	5 anos		
		- Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios	ha	Anual		
		- Degradação e contaminação dos solos	%; N.º	Bienal		
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual		
		- Risco de cheias e inundações	m	Anual		
		- Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais	N.º	Anual		
		- Eficiência energética de edifícios	N.º	Anual		
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual		
		- Eficiência do sistema público de abastecimento de água	%	Anual		
		- Qualidade da água para consumo humano	%	Anual		
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	-	Anual		
		- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual		
		- Tratamento de águas residuais recolhidas	%	Anual		
				- Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Kg/hab; %	Momento censitário; Anual
				- Gestão do conflito acústico	%	Bienal
Desporto		- Promoção do modo ciclável	%; Km	Bienal		
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos		
Educação		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos		
Património e Cultura		- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal		
		- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coia	%	Bienal		
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos		
Integração		- Reconversão urbanística	%	Bienal		
		- Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	N.º	Bienal		
		- Execução de solo programado	%	5 anos		
		- Oferta de habitação a custos controlados	N.º	Bienal		
		- População residente servida por transportes públicos	%	Bienal		
		- Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	%	5 anos		
		- População residente ativa	%	Momento Censitário		
		- População servida por médico de família	N.	Bienal		
		- População servida pelo sistema público de abastecimento de água	%	Anual		
- População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	%	Anual				

Quadro 11 – Seguimento e monitorização para o FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico.

Objetivos	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidades	Frequência de amostragem
Diversificação e reforço da base económica	Competitividade	- Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	N.º	Bienal
		- Execução de solo programado	%	5 anos
		- Risco de perigos tecnológicos	N.º	Anual
		- População residente ativa	%	Momento Censitário
		- Dinâmica empresarial	N.º	Bienal
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal
	Turismo	- Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina	%	Bienal
		- Qualidade da água estuarina para uso balnear	–	Anual
		- Desenvolvimento turístico	N.º	Bienal

7. CONCLUSÃO

A AAE da proposta de Revisão do PDMS procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção do Plano e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano. Com a revisão do PDM veem-se criadas condições para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para o desenvolvimento socioeconómico do Município.

A proposta de Revisão do PDMS apresenta um conjunto de oportunidades que resultam, nomeadamente, da consolidação da rede rodoviária incluindo a ligação aos nós ferroviários (o que representa oportunidades ao nível da dinamização das atividades económicas locais), da requalificação e conservação do edificado, da formação de uma rede urbana complementar e da valorização das áreas florestais e ribeirinhas do concelho.

Para além disso, o Plano representa uma oportunidade de incremento da proteção dos valores naturais presentes no município e, conseqüentemente, das atividades ligadas ao turismo sustentável, com o possível aumento da intensidade turística associada ao turismo em espaço rural e da natureza, sendo que o Solo Rural do município ocupa cerca de 38% da sua área total e representando a área dedicada à Estrutura Ecológica Municipal cerca de 47%. Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, esta ocupa cerca de 26% da área total do município, o que representa um incremento significativo, tendo em conta a área de REN atualmente delimitada (cerca de 11%, apresentada na Carta da REN aprovada desde 1993 e publicada desde 1999).

De igual modo, a proposta de Revisão do PDMS contribui para a correção e eliminação de situações de dissonâncias ambientais e degradação da qualidade urbana, convertendo-as em área de interesse paisagístico e de lazer, salientando-se a requalificação dos centros históricos associados à Baía do Seixal e a recuperação de áreas urbanas mais degradadas, incluindo as de génese ilegal e as antigas zonas industriais atualmente desativadas. Ainda neste contexto, importa referir a oportunidade de implementação de medidas de prevenção e manutenção contra a contaminação e fenómenos de poluição das zonas mais sensíveis.

Por outro lado, e em situações pontuais, não devem ser descuradas algumas potenciais ameaças decorrentes da pressão urbanística, nomeadamente na envolvente de áreas incluídas na Estrutura Ecológica Municipal e na possível fragmentação de *habitats* ou perda de valores naturais de elevada relevância a nível local e regional pela sua funcionalidade na estrutura ecológica.

As apostas estratégicas da proposta de Revisão do PDMS perspetivam ainda uma evolução positiva ao nível dos sistemas de prevenção contra incidentes naturais e consequentes danos materiais e humanos bem como na criação de condições de segurança para pessoas e bens.

Identificam-se assim oportunidades significativas ao nível da qualificação e adequabilidade do solo urbano quanto às suas funções não só residenciais mas também sociais e de lazer, proporcionando a adequada gestão dos recursos naturais e um incremento significativo na qualidade de vida da população e na utilização do solo. Identificam-se também oportunidades significativas na conservação e recuperação dos valores naturais, designadamente na minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais e dos valores naturais presentes.

As apostas enunciadas permitem antever uma melhoria da sustentabilidade no ordenamento territorial e uma melhoria do equilíbrio ambiental na gestão do solo no município do Seixal. Destaca-se, igualmente, a oportunidade para proceder à renaturalização de espaços degradados para futuro usufruto pelas populações e visitantes associadas à oportunidade para incremento das atividades de sensibilização e educação ambiental e o incremento do turismo de natureza, como influência da maior disponibilidade dos recursos naturais e da biodiversidade.

EQUIPA TECNICA

Coordenação Geral:

Susana Morais | Arqt.^a Paisagista

Alexandra Betâmio de Almeida | Eng.^a do Território

Equipa:

Cristina Santos | Eng.^a do Ambiente